

# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL



## IMPACTOS DO CAPITALISMO E DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Sessão temática 01 – Questão social e questão étnico-racial

Maria Eduarda Rebelo Santos, (Universidade Estadual Paulista)<sup>1</sup>

[maria.rebelo-santos@unesp.br](mailto:maria.rebelo-santos@unesp.br)

Fernanda de Oliveira Sarreta, (Universidade Estadual Paulista)<sup>2</sup>

[fernanda.sarreta@unesp.br](mailto:fernanda.sarreta@unesp.br)

**RESUMO:** O ensaio analisa a saúde mental de mulheres em situação de rua, considerando os impactos do capitalismo, da questão étnico-racial e do racismo ambiental. A partir do materialismo histórico-dialético, discute-se a dimensão social da saúde, a atuação do Serviço Social e os determinantes étnico-raciais na política de saúde mental.

**Palavras-chave:** Mulheres em situação de rua; Saúde mental; Racismo ambiental; Capitalismo.

**INTRODUÇÃO E METODOLOGIA:** As iniquidades em saúde, segundo o Ministério da Saúde (2025), referem-se a diferenças sistemáticas no estado de saúde de diferentes grupos, causadas por fatores estruturais como o acesso desigual a recursos essenciais, terra, água potável e serviços de saúde. Essas desigualdades impactam diretamente mulheres em situação de rua, grupo que enfrenta riscos ambientais e condições de vida precárias, efeitos diretos do capitalismo, machismo, patriarcado e do racismo ambiental. O racismo ambiental, enquanto expressão das desigualdades étnico-raciais, territoriais e econômicas, estrutura os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) e aprofunda a exclusão social. Diante disso, este ensaio foi construído a partir das reflexões das autoras em pesquisas de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, potencializadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Política de Saúde e Serviço Social (QUAVISS). A pesquisa utilizou o materialismo histórico-dialético como método e uma abordagem qualitativa, por meio de estudo bibliográfico e documental. O objetivo é contribuir para a atuação crítica do Serviço Social na promoção da saúde mental de mulheres em situação de rua, evidenciando o impacto do capitalismo, dos determinantes sociais e do racismo ambiental no acesso aos seus direitos.

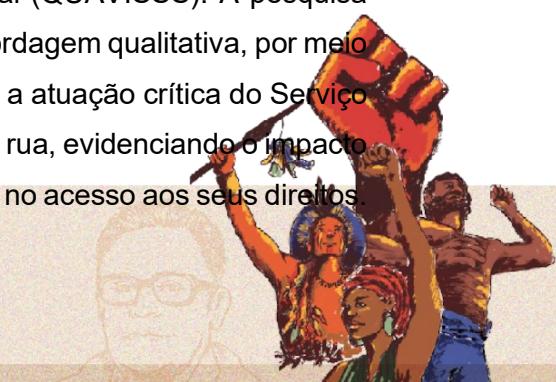
**MARXISMO,  
SUJEITOS HISTÓRICOS  
E TERRITÓRIOS  
DE RESISTÊNCIA**

CENTENÁRIO DE  
CLÓVIS MOURA

**12 E 13 DE JUNHO**

**DE 2025**

**UFES - VITÓRIA**



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL



**RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa evidenciam que a saúde mental de mulheres em situação de rua é profundamente impactada pelos efeitos combinados do capitalismo e do racismo ambiental, expressando o agravamento das desigualdades sociais e étnico-raciais. Estima-se que, no Brasil, existam mais de 281 mil pessoas em situação de rua, sendo que cerca de 18% são mulheres, majoritariamente negras (IPEA, 2023). Em São Paulo, o Censo de 2021 identificou que 85,5% das mulheres em situação de rua se autodeclararam negras (pretas e pardas) (SÃO PAULO, 2021), indicando a intersecção entre raça, gênero e classe. Ainda conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), o número de mulheres em situação de rua no Brasil aumentou 38% entre 2019 e 2022, o que reflete o agravamento das condições sociais em contextos de crise capitalista. Observa-se que a saúde mental dessas mulheres é afetada por experiências recorrentes de violência física e sexual, fome, privação de sono, discriminação e isolamento social, fatores que agravam quadros de sofrimento psíquico e transtornos mentais. Além disso, identificou-se que a ausência de políticas públicas específicas e sensíveis às questões étnico-raciais limita o acesso dessas mulheres aos serviços de saúde e de saúde mental, mesmo em redes que seguem os princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica. O racismo ambiental também emerge como determinante relevante, pois essas mulheres vivem em condições degradadas nos espaços urbanos, mais expostas a riscos ambientais, discriminações e à negação de direitos básicos. A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, comprehende-se que a saúde é determinada pelas condições de vida e trabalho, historicamente construídas sob processos de exploração e opressão. Assim, o sofrimento psíquico dessas mulheres também é expressão das violações cotidianas, da precarização do trabalho, da violência de gênero e da exclusão do direito à cidade. Observa-se que iniciativas como o Consultório na Rua, estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) criada em 2011, têm buscado atender essa população por meio de equipes multiprofissionais que atuam diretamente nos territórios, com enfoque na integralidade do cuidado e no reconhecimento das especificidades das mulheres em situação de rua (BRASIL, 2011). Entretanto, apesar dos avanços, essas ações ainda enfrentam limites estruturais frente às iniquidades em saúde, refletindo os determinantes sociais como o racismo, a falta de acesso a moradia digna e a ausência de redes de apoio. O Consultório na rua é um equipamento importante para o acesso à saúde dessa população, porém a crise sanitária da COVID-19 revelou que a saúde é um direito negado quando não se combatem as desigualdades em sua raiz (Santos; Sarreta, 2022). A atuação do Serviço Social nesse contexto torna-se fundamental para a defesa dos direitos humanos e o

**MARXISMO,**

**SUJEITOS HISTÓRICOS**

**E TERRITÓRIOS**

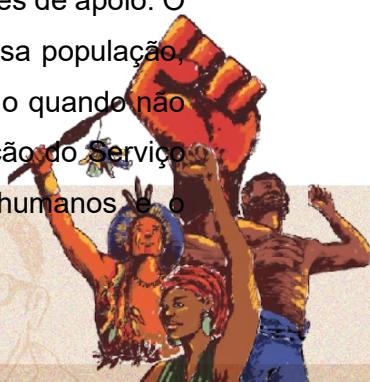
**DE RESISTÊNCIA**

CENTENÁRIO DE  
CLÓVIS MOURA

**12 E 13 DE JUNHO**

**DE 2025**

**UFES - VITÓRIA**



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

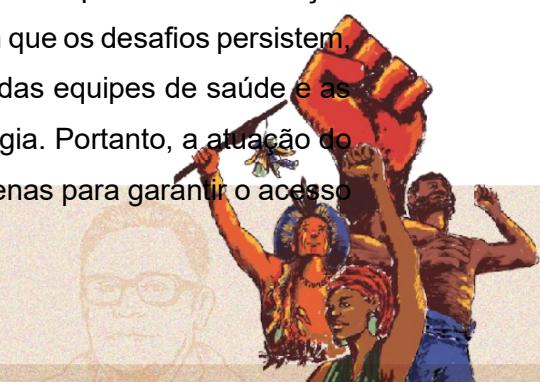
enfrentamento das determinações étnico-raciais que atravessam a política de saúde mental, exigindo práticas críticas e comprometidas com a transformação social. Ademais, revela-se estratégica ao promover ações críticas que articulam o direito à saúde, à cidade e à dignidade, evidenciando a necessidade de políticas interseccionais que enfrentem as determinações sociais do sofrimento mental dessas mulheres.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A pesquisa atingiu seus objetivos ao analisar a saúde mental de mulheres em situação de rua, sob a ótica do materialismo histórico-dialético, destacando o impacto do capitalismo e do racismo ambiental nas iniquidades em saúde. O estudo evidenciou que essas mulheres, predominantemente negras, enfrentam múltiplas formas de exclusão social, onde a intersecção entre gênero, raça e classe amplia a vulnerabilidade e agrava os efeitos da pobreza extrema. A pesquisa confirmou que, além das condições de vida precárias e da violência estrutural, as mulheres em situação de rua sofrem de exclusão do acesso a direitos básicos, como saúde, moradia e proteção social, o que resulta em um sofrimento psíquico contínuo. A partir das evidências encontradas, tornou-se evidente que a saúde mental dessas mulheres é um reflexo direto das condições estruturais de exploração e opressão, em um cenário onde o racismo ambiental se apresenta como um determinante crucial. As condições urbanas degradadas, somadas à violência física, sexual e psicológica, à discriminação racial e à privação de recursos, criam um ciclo de sofrimento psíquico que torna ainda mais difícil a busca por serviços de saúde e apoio psicológico. A ausência de políticas públicas voltadas a essas mulheres em situação de rua agrava esse cenário, evidenciando que as políticas voltadas para o enfrentamento da saúde mental, embora importantes, carecem de um olhar mais inclusivo e atento às especificidades dessa população. Entretanto, destaca-se que a estratégia do Consultório na Rua, implementada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2011, é um avanço considerável no atendimento dessa população, pois esse serviço busca oferecer cuidados de saúde aos indivíduos em situação de rua, com especial atenção às questões emocionais e psicológicas, reconhecendo as vulnerabilidades das mulheres em situação de rua, suas necessidades específicas e as barreiras que enfrentam para o acesso ao sistema de saúde. Apesar dos avanços representados por essa política, os resultados da pesquisa indicam que os desafios persistem, como a escassez de recursos, a falta de formação especializada das equipes de saúde e as limitações estruturais que ainda impedem a eficácia dessa estratégia. Portanto, a atuação do Serviço Social emerge como fundamental nesse contexto, não apenas para garantir o acesso

**MARXISMO,  
SUJEITOS HISTÓRICOS  
E TERRITÓRIOS  
DE RESISTÊNCIA**

CENTENÁRIO DE  
CLÓVIS MOURA

**12 E 13 DE JUNHO  
DE 2025**  
**UFES - VITÓRIA**



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

dessas mulheres a serviços de saúde, mas também para promover a defesa de seus direitos humanos, combater as injustiças sociais e contribuir para a construção de políticas públicas mais inclusivas e interseccionais. O estudo reafirma a necessidade urgente de políticas públicas que enfrentem as questões estruturais e interligadas do racismo, da desigualdade de gênero e da exclusão social. As práticas de saúde devem ser intersetoriais e baseadas em uma visão ampla e crítica, que articule o direito à saúde, à moradia digna, ao trabalho e à cidadania para as mulheres em situação de rua. A transformação social requer o fortalecimento da rede de proteção social e uma atuação comprometida com a equidade de direitos, promovendo a saúde mental não apenas como um estado individual, mas como um direito coletivo e social.

## REFERÊNCIAS:

- BRASIL.** Ministério da Saúde. *Consultório na Rua: orientações gerais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/consultorio\\_na\\_rua\\_orientacoes\\_gerais.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/consultorio_na_rua_orientacoes_gerais.pdf). Acesso em: 28 abr. 2025.
- BRASIL.** Ministério da Saúde. *Iniquidades em Saúde: conceito e aplicação*. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas\\_sociais\\_iniquidades.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf). Acesso em: 28 abr. 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).** *Nota Técnica nº 95: Estimativas da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022)*. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT\\_Estimativa\\_da\\_Populacao\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf). Acesso em: 28 abr. 2025.
- SANTOS, M. E. R.; SARRETA, F.O.** MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM OS MARCADORES DE CLASSE, RAÇA, GÊNERO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 19. 2024, São Paulo. Anais. São Paulo: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03769.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- SÃO PAULO (Município).** Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. *Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo – 2021*. São Paulo: SMADS, 2021. Disponível em: [https://capital.sp.gov.br/web/assistencia\\_social/w/censo\\_2021/2007](https://capital.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/censo_2021/2007). Acesso em: 28 abr. 2025.

